

# Narrativas conectadas: possibilidades do jornalismo ambiental transmídia na crise climática

*Connected narratives: possibilities for transmedia environmental journalism in the climate crisis*

*Narrativas conectadas: possibilidades del periodismo medioambiental transmídia en la crisis climática*

Katarini Giroldo MIGUEL<sup>1</sup>  
Alíria dos Santos ARISTIDES<sup>2</sup>

## Resumo

Nosso trabalho apresenta uma discussão conceitual sobre as potencialidades jornalísticas transmidiáticas em consonância com os preceitos do Jornalismo Ambiental para pensar as abordagens da crise climática, a partir de uma observação sistemática das narrativas do Greenpeace Brasil, no site oficial e instagram, sobre a tragédia no Rio Grande do Sul em maio de 2024. As produções evidenciam o investimento em diferentes mídias, recursos de interatividade e imersão para tratar a problemática sob o eixo da justiça climática, complexificando a pauta, ainda que em nível individualizado e na lógica do engajamento das redes sociais.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental; Mudanças Climáticas; Transmídia; Greenpeace.

## Abstract

Our work presents a conceptual discussion on the potential of transmedia journalism in line with the precepts of Environmental Journalism to think about approaches to the climate crisis, based on a systematic observation of Greenpeace Brazil's narratives,

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Pós-doutorado Sênior do CNPq (FAAC-Unesp). <https://orcid.org/0000-0002-1030-0619>. E-mail: [katarini.miguel@ufms.br](mailto:katarini.miguel@ufms.br).

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <https://orcid.org/0009-0007-7035-7039>. E-mail: [aliria.santos@gmail.com](mailto:aliria.santos@gmail.com)



---

on the official website and Instagram, about the tragedy in Rio Grande do Sul in May 2024. The productions show the investment in different media, interactivity and immersion resources to deal with the problem under the axis of climate justice, complexifying the agenda, albeit at an individual level and in the logic of social network engagement.

**Key-words:** Environmental Journalism; Climate Changes; Transmedia; Greenpeace.

### Resumen

Nuestro manuscrito presenta una discusión conceptual sobre el potencial del periodismo transmedia en línea con los preceptos del Periodismo Ambiental para pensar abordajes a la crisis climática, a partir de una observación sistemática de las narrativas de Greenpeace Brasil, en el sitio oficial e Instagram, sobre la tragedia en Rio Grande do Sul en mayo de 2024. Las producciones muestran la inversión en diferentes medios, interactividad y recursos de inmersión para tratar el problema bajo el eje de la justicia climática, complejizando la agenda, aunque a nivel individualizado y en la lógica de las redes sociales.

**Palabras clave:** Periodismo Ambiental; Cambios Climaticos; Transmedia; Greenpeace

---

### Introdução: da urgência de uma observação sistemática

Desenvolvemos este artigo a partir de uma hipótese de fundo que vem sendo reelaborada e problematizada a cada escrita: o potencial dos recursos transmídias para a difusão e mobilização dos temas ambientais. Defendemos que, como uma especialização que se fundamenta no ativismo e no engajamento (Bueno, 2007; Souza e Miguel, 2020), o Jornalismo Ambiental (JA) pode se beneficiar ao experimentar as possibilidades multi e transmidiáticas de narrativas conectadas, *gamificadas*, imersivas e atravessadas pelas redes sociotécnicas. Lemos o JA, junto com Bueno (2007, p.34), como uma *práxis* que se propõe:

(...) a captar, produzir, editar e circular informações baseadas na relação sociedade-natureza, visando a tomada de consciência ecológica, tendo como fundamento central a compreensão de que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectadas.

A conexão vista como elo social, mas que pode ser alargada na condescendência com o advento tecnológico. Acreditamos que o Jornalismo Ambiental como conceito e prática profissional - realizado de forma institucionalizada ou independente -, pode



trazer colaborações ao interpretar e oferecer os conteúdos que alcançam os indivíduos, capacitando-os a navegar em um mundo repleto de informações frequentemente fragmentadas (Girardi e Moraes, 2023). Neste sentido, pode redirecionar sua produção, divulgação e mediação de conteúdo nas diferentes ofertas de textos, imagens, sons, remixes, animações, recursos de geolocalização, inteligência artificial; elementos recombinaos e reorganizados, onde as operações são automatizadas e os conteúdos passam a ser personalizados e interativos (Manovich, 2005; Miguel e Fraiha, 2019; Souza e Miguel, 2023). Na esteira dessas experimentações está a proposta transmídia, que estamos nos atentando, constituída a partir de conteúdos descentralizados e autônomos, que compõem uma narrativa em constante expansão e com diversas entradas (Martins *et al.*, 2017). Para além do plano da forma, o conteúdo se faz urgente também diante de desafios contemporâneos como o avanço da crise climática. Em geral, a cobertura produzida pela mídia hegemônica costuma carecer de contexto e profundidade (Modifica, 2022). Por vezes, também pode falhar em apresentar uma variedade de perspectivas, negligenciar a apresentação de soluções, além de utilizar de jargões científicos incompreensíveis e distantes da realidade dos públicos. Fatores que comprometem a precisão, a compreensão pública e a eficácia da cobertura climática. Nesta esteira, pensamos ser importante entender como os recursos tecnológicos podem (ou não) atuar na composição de uma abordagem socioambiental mais qualificada, comprometida e abrangente, como prega Loose (2021).

De imediato, cabe enfatizar que mídias sociais digitais também se configuram como espaços não neutros, permeados por consequências nocivas, como a difusão de notícias falsas, cibercrimes, propagação de preconceitos, desinformações e discursos de ódio (Souza, 2022). Sabemos disso, mas nossa proposta é focar nas possibilidades construtivas a serem exploradas na temática da crise climática, no ambiente em rede.

Para tanto, em um primeiro momento, exploramos as potencialidades do JA no seu preceito ativista, trazendo também a abordagem da transmidialidade. Posteriormente, nos concentramos nos aspectos do aquecimento global, impressionadas, sobretudo, com seus trágicos efeitos no Rio Grande do Sul (RS). O pior colapso climático do país ocorreu justamente enquanto elaborávamos este artigo, portanto, não conseguimos, e nem podíamos desviar nosso olhar. Além disso, para o plano empírico trazemos as produções do Greenpeace Brasil, entendendo como prática



jornalística no site e redes sociais da organização, o eixo temático “Justiça Climática”<sup>3</sup>, que obviamente foi dominado pelas enchentes no sul do Brasil, desde o final do mês de abril de 2024.

Já evidenciamos em investigações anteriores as iniciativas jornalísticas produzidas, sobretudo, pelos movimentos socioambientais e complexificadas pelas tecnologias e narrativas dos afetos (Miguel, 2020; Miguel, 2019). Agora, focamos no tema específico e urgente da crise climática, com um latente exemplo que nos ajuda a triangular resultados e ampliar o entendimento do objeto de pesquisa: o Jornalismo Ambiental conectando narrativas para a sobrevivência. Trata-se de um estudo continuado que parte de observações sistemáticas (Braga, 2012) emparelhadas com uma base teórica-conceitual construída pelas próprias autoras e pelas pesquisadoras e pesquisadores do jornalismo ambiental como Wilson Bueno, Eloísa Loose, Ilza Girardi, Claudia Moraes e Roberto Belmonte.

Nos motivamos nesta escrita, sobretudo, pela premissa de que a informação jornalística é um elemento essencial para a reflexão, mobilização e consequentes mudanças de comportamentos e tomadas de ação.

### **Jornalismo Ambiental, ativista e transmidiático como conceitos e práticas**

A internet e as possibilidades midiáticas são terrenos férteis para o estabelecimento de práticas jornalísticas com características contra-hegemônicas e ativistas, como o jornalismo ambiental, que não só se constitui atrelado a movimentos socioambientais como carrega o preceito da corresponsabilidade. A partir da consolidação e convergência das tecnologias da informação e da comunicação, grupos ativistas deixam de depender da mídia tradicional para veicular seus discursos na internet e conformar a mídia como movimento social, na aposta do midiativismo (Miguel, 2020). Assim, “a tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (Castells, 2013, p.158).

No cenário contemporâneo, onde as redes digitais são basilares e os softwares ditam a cultura e inundam todos âmbitos da vida (Manovich, 2012), despontam

---

<sup>3</sup> No curso das análises incluímos a concepção do próprio Greenpeace sobre Justiça Climática. Por ora, entendemos aqui, na perspectiva conceitual da justiça ambiental (Leff, 2024; Loose, 2024), como a ideia-denúncia de que as consequências dos impactos das mudanças e as tragédias do clima repercutem as assimetrias sociais e afetam, de forma mais direta, justamente os mais vulneráveis, o que atravessa a noção de racismo ambiental.



diferentes linguagens, narrativas, ferramentas e possibilidades de interatividade e engajamento. Tal configuração social, cultural e tecnológica permite pluralizar as discussões que “fortalecem habilidades diferenciadas e aproveitam o conhecimento gerado pelos vínculos comunitários para potencializar a troca das aptidões, gerando, portanto, a coletivização dos saberes” (Souza, 2022, p.20), ainda que, em contraposição, também propicie espaços onde se propagam preconceitos, desinformações e discursos de ódio.

Contudo, levando em consideração que as pessoas “só podem desafiar a dominação conectando-se entre si” (Castells, 2013, p. 199), explorar as possibilidades comunicacionais em rede é um processo fundamental na mobilização social, tão cara ao jornalismo ambiental.

Colocamos aqui essa especialização como prática cotidiana, mas também como uma ética profissional e uma metodologia de trabalho que aciona discursos, termos e expressões próprias, calcada em uma série de pressupostos que a singulariza (Bueno, 2015). Com uma perspectiva transversal, propõe uma visão baseada na relação sociedade-natureza, visando a tomada de consciência ecológica. Girardi (2018, p.21) ressalta que o JA é fundamental “para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões”.

No cerne da especialização ambiental do jornalismo, estão questões como conscientização crítica para compreensão dos desafios ambientais, incentivo à participação ativa do público na busca por soluções por meio do diálogo, contextualização sistêmica dos assuntos apresentados, inclusão de diferentes perspectivas, engajamento na prática jornalística e o estímulo à ação e mudanças (Girardi e Moraes, 2023). É nesta teia de pressupostos que entendemos o papel facilitador das múltiplas mídias e do ambiente em rede pois, como colocam Barboza e Silva (2022, p.28), “o jornalismo ambiental pretende justamente promover a troca, a mudança, a interação. Logo, a comunicação transmídia pode, em tese, surtir mais efeito”.

A estrutura transmidiática é formada em diversas plataformas, onde cada peça contribui para um universo informacional marcado pela imersão, interatividade e personalização e participação (Jenkins, 2009). A partir de múltiplas abordagens, o jornalismo transmídia pode ser compreendido como uma linguagem, narrativa, formato e/ou estratégia, podendo ainda ser associado a meios, recursos e gêneros. Martins *et al.* (2017, p.4) ressaltam que “consiste em um complexo sistema de fluxos



de produção e distribuição de conteúdo, marcado, sobretudo, pela natureza multiplataforma e pela interação com o público”, onde o caráter descentralizado permite tanto a imersão na narrativa quanto a expansão dos conteúdos, que se constituem de forma autônoma.

O uso do termo transmídia não está apartado de outros conceitos como multimídia e intermídia, problematizados por Martins e Longhi (2021); as definições buscam entender os escopos das experiências, das produções e das práticas de combinação das linguagens e meios. Esta fusão de mídias denota a ideia de convergência, "atribuindo ao jornalismo convergente a noção de narrativa multimídia" (Martins e Longhi, 2021, p.46). Enquanto a transmidialidade, que nos interessa e está materializada na experiência do Greenpeace, tem natureza multiplataforma, não pode ser vista como própria de um ambiente isolado; e constitui-se aqui, como ponderam as autoras, como uma opção metodológica pra entender as narrativas contemporâneas.

Ao explorar e experimentar as possibilidades oferecidas pelas diferentes novas mídias, o JA pode se reinventar e propor narrativas mais envolventes, capacitadoras e atualizadas sobre as temáticas ambientais, incentivando assim uma ação mais significativa e consciente por parte do público. Conforme proposto por Martins (2021, p.9) produções transmidiáticas têm o potencial de “promover o engajamento, convidando o público a aderir (a suas causas), participar (de suas lutas) e promover suas ideias por meio do espalhamento e de outras ações”. Tal possibilidade se mostra ainda mais crucial diante do cenário vigente de mudanças climáticas, onde a cobertura jornalística pode ser uma ferramenta de conscientização e mudanças de atitudes.

Ao abordar as distinções das diferentes mídias, Manovich (2005) evidencia seu caráter modular, onde os elementos se constituem de forma independente, mas podem ser combinados e organizados de formas diferentes para criar experiências mais complexas. É possível, então, criar experiências mais envolventes, personalizadas e informativas e, assim, produzir conteúdos ambientais aprofundados, de modo a explorar o “entrecruzamento com questões sociais, culturais, políticas, econômicas, históricas, entre outras” (Gern e Lima, 2018, p.28).

Como consequência, o público passa a ter maior possibilidade de apreender a problemática apresentada, sendo que a produção pode possibilitar “além do caráter militante de se posicionar em defesa da preservação da natureza, a interatividade com o público, tornando a notícia um modo de comunicação multilateral, ou seja, de muitos para muitos” (Ferreira; Cardinalli; Aranha, 2016, p.3). A presença e participação dos



indivíduos pode ser oportunizada, inclusive para constituição dos conteúdos. Aqui, é importante enfatizar que a “inovação no jornalismo pode ser compreendida sob diversos aspectos, seja em suas narrativas, processos produtivos, recursos tecnológicos e interativos ou mesmo nas etapas de circulação e consumo das informações” (Martins; Castro; Vinagre, 2018, p.574).

Com o agravamento dos problemas socioambientais, o JA possui a missão de despertar o interesse de um público - difuso e sedento pela instantaneidade -, em um cenário marcado pela enorme profusão de informações disponíveis. É necessário experimentar e entender a natureza de um processo (in)formativo que pode ser compreendido como “tentativa e erro”, com vistas a efetiva atenção pública na internet para gerar interesse, reação e repercussão do conteúdo divulgado (Braga, 2012). Neste sentido estão as experiências de comunicação que buscamos analisar: a narrativa transmídia do Greenpeace sobre a crise climática, cotejadas pelas discussões teóricas pertinentes.

### **Jornalismo ambiental do Greenpeace e o potencial transmidiático em meio ao colapso climático do RS**

A crise climática em curso pode ser compreendida como um dos principais desafios da humanidade, com consequências a nível global e impactos em diferentes âmbitos da vida no planeta, quer sejam econômicos, sociais, políticos ou ambientais. O cenário é definido como a alteração no clima a nível planetário decorrente de ações antrópicas que impactam a composição da atmosfera terrestre, sendo um fator adicional à variabilidade natural do clima (Micelli *et al.*, 2020). De acordo com o relatório de 2023 do Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC), as atividades humanas influenciaram diretamente no aumento de 1,0°C nas temperaturas globais desde a era pré-industrial. Caso as tendências de crescimento permaneçam iguais, as projeções indicam que o aquecimento global deve atingir 1,5°C entre 2030 e 2052 (IPCC, 2023).

A liberação desenfreada de gases de efeito estufa (GEE), como metano e o gás carbônico, é a principal ação humana que traz desequilíbrio para a composição química da atmosfera e, conseqüentemente, colabora para a intensificação do aquecimento global. Outras atividades antropogênicas, como o desmatamento e a pecuária, também interferem na dinâmica atmosférica natural. Diante de tal cenário, alterações como



“aumento da temperatura e dos níveis dos oceanos, perda da biodiversidade de diversas espécies marinhas e terrestres já são de fato observadas na atualidade” (Micelli *et al.*, 2020, p. 3). E sentidas no bolso, no corpo e na mente.

Vivenciamos entre o final do mês de abril e início de maio de 2024, muito provavelmente, a maior catástrofe climática da história do Brasil. Escrevemos este artigo enquanto a água proveniente das chuvas intensas - ocasionadas pelas gritantes ondas de calor e correntes intensas de vento -, ainda inundava 400 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul; 83% em situação de calamidade pública (Biernath; Costa; Souza, 2024). Corpos estavam sendo contados, já ultrapassando as 150 mortes e mais de 90 desaparecidos. Uma legião de voluntários e governos ajudavam a resgatar vítimas, arrecadar fundos, reparar os estragos e buscar espaços para os agora “refugiados do clima”: mais de um milhão de pessoas impactadas diretamente. Choveu por 10 dias no estado 3,5 vezes a mais do que a média esperada para todo o mês de maio. O Lago Guaíba, por exemplo, corpo d’água que favoreceu o alagamento na cidade de Porto Alegre, subiu mais de cinco metros, sendo que a partir dos dois metros já deve ser registrado o nível de alerta. Essas informações se dão no apavoro; são provenientes de veículos jornalísticos que precisam disponibilizar os dados instantaneamente, mas se mostram provisórias, são passíveis de contestação, atualização e, principalmente, de contextualização. Debates sobre prevenção de riscos, adaptação, mudanças jurídicas são ensaiadas na urgência do momento e reiteram o que a ciência já anunciava; a tragédia não é isolada.

Com o agravamento da crise ecológica e climática advinda do modo de produção capitalista, assim como da capacidade humana de alterar profundamente o seu entorno, a temática ambiental passa a ter cada vez mais destaque na mídia hegemônica, como assistimos em tempo real. Entretanto, ainda há diversos desafios a serem enfrentados para que a cobertura informativa se adeque à profundidade do problema.

O jornalismo hegemônico costuma focar as mudanças climáticas a partir da ocorrência de desastres ocasionados por eventos climáticos extremos, o que vimos acontecer de maneira improvisada e reativa durante os desastres ocasionados pelas cheias no Rio Grande do Sul. Como consequência de tal prática, “a dependência de acontecimentos que lembram que estamos imersos em uma emergência climática acaba por prejudicar um trabalho sistemático por parte dos jornalistas” (Loose, 2024, p.35).



Outro ponto recorrentemente perceptível é a presença de abordagem científica rebuscada e apresentação da pauta de forma fragmentada. Essa falta de pluralidade, transversalidade e contextualização gera distanciamento do público, assim como dificuldade de assimilação das causas e consequências de um assunto que já é de difícil visualização dependendo de suas proporções (Modifica, 2022).

Percebemos historicamente a ocorrência de abordagens espetacularizadas e alarmistas, que “parecem querer chamar à atenção a qualquer custo, trocando a explicação e análise por estratégias que fomentem as emoções, como o medo” (Balbé e Loose, 2020. p.42). O fato é que a cobertura climática sensacionalista não contribui com propostas construtivas, preventivas e adaptativas. Pelo contrário, pode gerar inação ou apatia do público. Ou, por outro lado, como reconhecemos ainda que de forma impressionística, o jogo político e as narrativas de heroísmo que dominam o noticiário sobre o RS e situa a crise como um fato pontual, a ser superado, sem inseri-la em um quadro ambiental mais amplo.

Na prática do JA, que envolve “engajamento e militância como atitudes críticas em defesa da sustentabilidade da vida” (Girardi *et al.*, 2023, p. 136), a pauta da crise climática não é uma efeméride, ainda que estejamos tratando de uma organização do movimento ambientalista como o Greenpeace Brasil<sup>4</sup>, portanto, focada neste tipo de abordagem. A organização, fundada em 1971 no Canadá e com atuação no Brasil há mais de 30 anos, desenvolve diferentes estratégias comunicativas com equipe de comunicadores para executar pautas socioambientais, atendendo a preceitos jornalísticos como periodicidade, atualidade, difusão, para além de aderir as técnicas de apuração, pesquisa e entrevista, em maior ou menor grau. Em suma, fatores que evidenciam o exercício dos jornalismo especializados, que não são (nem devem ser) prerrogativas de empresas específicas. É na ecologia midiática do Greenpeace que podemos ver, para além da centralidade do tema ambiental, interessantes experimentos transmídias que podem ser replicados e, porventura, criticados e tensionados. Ainda que, também na pulsão da reação, ajam com mais afinco após a tragédia (Miguel, 2020).

---

<sup>4</sup> Entendemos aqui o Greenpeace em um enquadramento jurídico reconhecido como Organização Não-Governamental (ONG) e ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que compõem o amplo e difuso movimento socioambiental, reconfigurado no esteio da institucionalização. Questões que não centralizamos agora, mas já discutimos em trabalhos anteriores (Autora 1).



Observamos empiricamente entre os dias 1 e 14 maio de 2024, a seção do site “Informe-se”, no eixo “Justiça Climática”<sup>5</sup>, acessando em dias alternados, para elencar conteúdos de interesse na fase mais acirrada da tragédia, que demandava atualizações de informações e debate públicos. Neste sobrevoo, identificamos diferentes produções de mídia para divulgação da problemática. Desde dados numéricos e oficiais sobre impacto das mudanças climáticas, passando pelo debate de soluções, “Existem saídas para o problema”, “Como você pode ajudar” e pelas campanhas ciberativistas, abordando também as últimas notícias relacionadas, até a produção de vídeos e episódios do podcast “As árvores somos nozes”.

**FIGURA 01:** Tela do site do Greenpeace printado em 09 de maio de 2024.



**FONTE:** Site - [www.greenpeace.org/brasil/informe-se/justica-climatica](http://www.greenpeace.org/brasil/informe-se/justica-climatica)

Todos os conteúdos em diferentes formatos também prevalecem nas redes sociais, em especial verificamos o instagram @greenpeacebrasil, e ecoam nas ruas com manifestações presenciais e reuniões com setores governamentais, como foi o caso da mobilização “Basta de tragédias”, que vamos destacar mais adiante. Assim, de pronto, assumimos a proposta transmídia e seu potencial para alcançar os objetivos de “informar e educar as pessoas sobre a problemática climática, o de buscar envolvê-las para que exerçam sua cidadania, e o de promoção para que haja mudanças individuais (...) que se estenderia para a transformação de normas, valores e ideias” (Modifica, 2022, p.19).

<sup>5</sup> Disponível em: [www.greenpeace.org/brasil/informe-se/justica-climatica](http://www.greenpeace.org/brasil/informe-se/justica-climatica). Acesso em 09 maio.2024.



A despeito da perspectiva um tanto falaciosa que individualiza ações e resultados na toada do “como você pode ajudar”, que criticamos como ambientalismo neoliberal (Miguel, 2020), temos de reconhecer que as informações também estão vinculadas a propostas políticas mais amplas, como o profético abaixo-assinado “Basta de Tragédias”, encerrado em março de 2024 e entregue ao Ministério do Meio Ambiente Mudança do Clima com 16 mil assinaturas<sup>6</sup>. No documento está a reivindicação da implementação do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que reconhece como grupos mais impactados os negros, periféricos, mulheres, indígenas, quilombolas e comunidades rurais. Discussão que não foi localizada em veículos convencionais antes da tragédia. Outro exemplo de ação mais efetiva, vinculada a informações perceptualmente jornalísticas, mas que não foi encontrado em nenhum outro veículo de informação genérico nem após a tragédia<sup>7</sup>, o que denuncia a invisibilidade do tema, é o Projeto de Lei 2964/2023. O PL exige a inclusão, no currículo escolar, de conteúdos sobre proteção ambiental e mudanças climáticas, além de adaptação das escolas aos eventos extremos. Aqui, na perspectiva transmidiática e colaborativa, a ONG publicou um vídeo, em parceria com a ex-BBB @Jessilane, como parte de uma série com informações de caráter científico, a “jessiologia”, para explicar os termos do Projeto.

A produção jornalística sobre mudanças climáticas pode não apenas informar, mas também incentivar mudanças de atitude. Aqui, cabe evidenciar que as mudanças passam sim pelo nível individual, onde o jornalismo pode apresentar alternativas para mitigação e adaptação dos efeitos da crise em curso (Loose, 2024). No entanto, o cenário vigente é “resultado de uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista e colonialista adotado a partir da modernidade, sustentado pela superexploração da natureza” (Loose, 2021, p.13). Um olhar crítico para a questão, estimulado pela informação, pode direcionar as cobranças e ações concretas para aqueles que efetivamente são os principais causadores do colapso climático e, além disso, lucram com a crise implantada (Modifica, 2022). Nesta esteira, verificamos nas produções do Greenpeace a cobrança por um plano de adaptação climática, como citamos, que ofereça aporte financeiro para estados e municípios se anteciparem e se adaptarem aos

<sup>6</sup> Disponível em: [www.greenpeace.org/brasil/blog/greenpeace-brasil-entrega-abaixo-assinado-basta-de-tragedias-no-ministerio-do-meio-ambiente/](http://www.greenpeace.org/brasil/blog/greenpeace-brasil-entrega-abaixo-assinado-basta-de-tragedias-no-ministerio-do-meio-ambiente/). Acesso em 09 maio.2024.

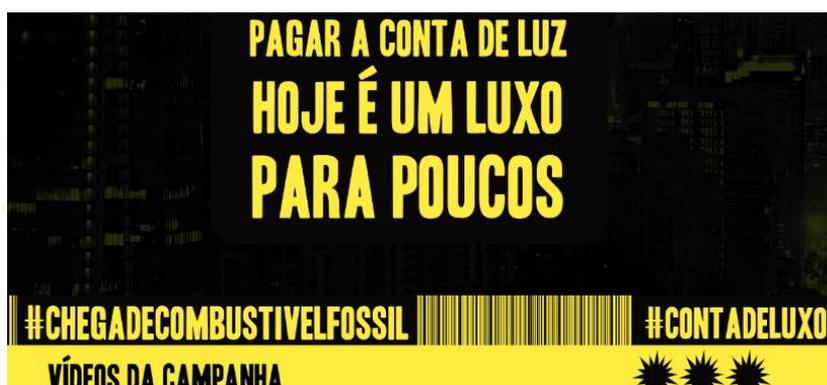
<sup>7</sup> Realizamos pesquisas por descritores nos portais dos jornais de referências Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, para além do sistema de busca do Google, entre 01 e 10 de maio de 2024.



eventos climáticos extremos. Debate que não era feito pelos tantos jornalismo antes da tragédia e começa a ser ensaiado no calor da tragédia em RS, em busca dos culpados para além da enchente.

Na pauta das mudanças climáticas, o Jornalismo Ambiental pode também incorporar à sua produção elementos que envolvam os usuários, permitindo assim uma compreensão mais acessível das questões climáticas. As narrativas transmidiáticas auxiliam tal processo ao transformar a recepção em uma experiência sensorial que potencializa o despertar ativista, uma vez que, por meio do envolvimento e da “sua afinidade com os valores, causas e ideais dos coletivos, o público pode sentir-se parte desse projeto” (Martins, 2021, p.7). É o que acontece com a campanha do Greenpeace “Energia cara é sujeira”<sup>8</sup>, como parte da seção de “eventos extremos”, que leva a um site específico que denuncia o impacto ambiental e financeiro das produções de energia, especialmente fósseis e disponibiliza material para que os usuários realizem sua própria campanha. Novamente configura uma perspectiva individual, mas atrelada a um tema complexo e explicado em diferentes mídias. O plano da estratégia comunicativa e da forma também interessa aqui; disponibiliza cards para redes sociais, lambe-lambe para as ruas, vinhetas de rádio, vídeos com depoimentos dos afetados pelas contas de luz, etc.

**FIGURAS 02:** Prints do site da campanha em 09 de maio de 2024



<sup>8</sup> Disponível em: [contadeluztacara.org.br](http://contadeluztacara.org.br) . Acesso em: 29 ago.2024.



FONTE: Site - [contadeluztacara.org.br](http://contadeluztacara.org.br)

Para Gaudenzi (2017), a interatividade vai além do instrumental ao permitir uma cultura estética e transformações políticas. Assim, além de cativar o público por meio das oportunidades de performance narrativa, tem o potencial de incentivá-lo a participar ativamente e questionar as estruturas sociais. Enxergamos, neste caso, um protótipo de participação que não se efetiva de modo horizontal, considerando sobretudo que é o Greenpeace quem planeja toda a campanha e apenas oferta material e possibilidades de participação limitadas, não se constrói coletivamente, e nem de forma anti-sistêmica. Vejamos no próprio caso da inundação em RS, a exemplo de tantas organizações, o grupo ambientalista também criou sua campanha emergencial e deu destaque no site: “Ajude o Rio Grande do Sul: Apoie a construção de cozinhas solidárias e a distribuição de canudos filtráveis para as vítimas das fortes chuvas no sul do país”, com apelo em parceria com o projeto Saúde e Alegria e o diferencial de adquirir canudos para potabilizar a água poluída.

Outras apostas de interatividade, caras à transmidialidade, se dão também de forma controlada nas redes sociais por meio de curtidas, compartilhamentos e



comentários. No perfil @greenpeacebrasil com quase um milhão de seguidores, notamos forte movimentação, especialmente com as interações à tragédia no RS, como não poderia ser diferente. Ali identificamos postagens colaborativas com outros perfis, desde atrizes globais até voluntários e representantes de movimentos sociais. Essas publicações são impulsionadas e ganham mais visibilidade, atendendo à dinâmica de espalhamento, continuidade e multiplicidade de conteúdos (Canavilhas, 2019). É possível perceber a inclusão de pontos de vista diversos para qualificar a cobertura climática. Em especial, justamente a característica de espalhamento, que consiste na interação ativa por meio de comentários, mixagens, novas produções e compartilhamento de informações (Martins, 2021), que auxiliam na consolidação do tema. Assim, as notícias passam a se constituírem como “relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam para a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes” (Montipó e Ijuim, 2021, p.39).

No Instagram também confirmamos a pauta “Clima” como de longo prazo para a ONG, se convertendo em “Emergência climática”, e voltamos à campanha “Basta de tragédias”, em parceria com diferentes grupos, especialmente mulheres negras que ganham protagonismo ali nas produções em formato de stories, e divulgam a iniciativa do perfil @vozesnegraspeloclima, em uma interessante perspectiva interseccional (Crenshaw, 2004; Collins e Bilge, 2021)<sup>9</sup> que não é deslumbrada por discursos identitários. A própria noção de Justiça Climática, como o reconhecimento que os impactos das mudanças do clima são proporcionais aos marcadores sociais, denota a complexidade da pauta que passa pelo tema do racismo ambiental e é simplificada pela organização: “Ainda que as mudanças climáticas sejam uma realidade global, suas consequências impactam a população de forma desigual. É nas periferias, por exemplo, que enchentes e deslizamentos ameaçam a vida das pessoas” (Greenpeace, 2024).

Essas parcerias com coletivos e outros movimentos podem servir de dispositivos de comunicação e informação para favorecer a troca de experiências entre populações periféricas, e possibilitar a circulação de conteúdos a partir de diferentes perspectivas,

---

<sup>9</sup> Uma perspectiva interseccional considera as inter-relações das categorias de gênero, raça, etnia, faixa etária, classe social, orientação sexual e nacionalidade, que quando empregadas como ferramenta analítica pode aprofundar a compreensão de estruturas de opressão e relações sociais vigentes (Hill Collins e Bilge, 2021). O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, para quem a “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).



formatos e plataformas (Martins, 2021). Diante de tal possibilidade, a mídia e tecnologias de informação se constituem como “ferramentas de poder quando as pessoas geralmente mais marginalizadas ou mal representadas na mídia corrente recebem a oportunidade de utilizá-las para contar suas histórias e expressar suas inquietações” (Kellner e Share, 2008, p.702).

A presença de públicos diversos na cobertura climática, assim como sua contribuição direta na produção do conteúdo, também pode reduzir a falta de representatividade, promover a humanização do debate, aproximar a pauta da vida dos indivíduos e auxiliar na compreensão de como as mudanças climáticas afetam o cotidiano dos indivíduos de forma heterogênea. O intuito é também “ouvir quem já está sendo afetado e/ ou luta nessa causa, como quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas, populações rurais, e classes sociais vulnerabilizadas” (Modifica, 2022, p.55), o que é feito pela ONG, conforme constatação no site e redes sociais, ainda que no *modus operandi* do jornalismo convencional - mais como fontes de informação e menos como protagonistas da própria história. Neste caso, lembramos que o conteúdo transmidiático poderia contribuir ao “produzir um jornalismo ambiental mais atento às demandas sociais, que focaliza o Outro, que experimenta uma linguagem mais descritiva, que aproveita o potencial tecnológico para gerar imersão, empatia e até afetuosidade” (Miguel e Fraiha, 2019, p.303), o que é apenas ensaiado no corpus que analisamos.

A evidência dada às experiências locais também é um importante recurso para qualificar a cobertura climática, de modo a destacar histórias e impactos regionais que se conectam à realidade global. Com a cultura participativa decorrente de possibilidades midiáticas e informacionais horizontais, “os públicos estão se fazendo nitidamente presentes ao modelarem ativamente os fluxos de mídia” (Jenkins, 2009, p.30), o que pode ser um recurso fundamental para incluir novas visões de mundo às narrativas jornalísticas.

É consenso que as produções de JA devem abarcar um olhar complexo, sistêmico e transversal aos assuntos abordados, incluindo causas e consequências (Gern; Lima, 2018), o que é fundamental na cobertura da crise climática. Aqui, é necessário levar em consideração a densidade, vastidão e gravidade do fenômeno, fatores que “contribuem para que a sociedade ainda encare as mudanças climáticas como uma abstração” (Loose, 2024, p.193). O que deve mudar e, portanto, ser estudado substancialmente depois da catástrofe climática no sul do país. As informações devem



explicar conceitos científicos complexos de maneira acessível, ajudando o público a compreender as causas, os efeitos e as soluções (Modifica, 2021). E notamos este esforço no ecossistema informativo do Greenpeace, com construção de glossários, perguntas frequentes, cards explicativos nas redes sociais, por exemplo, sobre a diferença entre adaptação, mitigação e perdas e danos na crise do clima, além de mapas nas redes sociais para mostrar a dimensão da inundação, com área atingida de mais de quatro mil quilômetros etc.

Também verificamos publicações de artigos opinativos, escritos pelas jornalistas Andressa Santa Cruz e Lais Modelli, problematizando a pauta como “Enquanto Brasil vive tragédia climática, bancada ruralista derruba vetos à nova lei de agrotóxicos”<sup>10</sup>; “Orçamento da Defesa Civil no RS para ações como prevenção e emergência é de 0,009% da receita do estado”<sup>11</sup>. As abordagens do podcast, assinado institucionalmente, também se mostram substanciais e fora da curva da abordagem midiática convencional, com alguns exemplos autoexplicativos<sup>12</sup>: “Como a crise climática pesa no bolso”; “Evangélicos pelo clima: a fé e a pauta ambiental”; “eco-ansiedade: o que é e como lidar”; “Como adaptar as cidades para a crise climática”. A informação é contextualizada, inclusive com a linha do tempo das tragédias em RS desde junho de 2023 e o alerta: “Vamos precisar de mais uma tragédia para garantir ações de prevenção e adaptação climática? Também acompanhamos uma live “Entenda aqui”<sup>13</sup>, com a cofundadora do @familiaspeloclima, pessoas atingidas no RS e o pesquisador de mudanças climáticas que aprofundou a problemática de forma bastante plural.

Em meio a outra crise, a da desinformação, a ONG também investiu em uma postagem sobre “O que é verdade (e o que não é) sobre as enchentes no Rio Grande do Sul”, ressaltando as ações antrópicas e o fato da tragédia gerar impactos diferentes em cada grupo social.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/pacote-do-veneno-enquanto-brasil-vive-tragedia-climatica-bancada-ruralista-derruba-vetos-a-nova-lei-de-agrotoxicos/> Acesso em: 29 ago.2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/orcamento-da-defesa-civil-no-rs-para-acoes-como-prevencao-e-emergencia-e-de-0009-da-receita-do-estado/> Acesso em: 29 ago.2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/noticias-e-historias/podcast/>. Acesso em: 29 ago.2024.

<sup>13</sup> Disponível em: [www.instagram.com/reel/C6w1GNMRkSx/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/C6w1GNMRkSx/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 09 maio.2024



FIGURA 03: Cards no instagram Greenpeace em 05 de maio de 2024.



Fonte: Instagram - @greenpeacebrasil

Ainda na aposta mais ativista e denunciante, a tragédia deu margem para criação (ou ao menos impulsionamento) da campanha “O clima mudou. A política precisa mudar”. Com fotos denunciando políticos negacionistas ou que negligenciam o debate e cobrando ações de adaptação e prevenção a longo prazo.



**FIGURA 04:** Cards no instagram Greenpeace em 11 de maio de 2024



**FONTE:** instagram @greenpeacebrasil

Por meio da análise da distribuição transmidiática de conteúdos produzidos por outra iniciativa jornalística ambiental, Silva, Pasuch e Oliveira (2023, p.8) apontam que ao “utilizar as potencialidades de cada plataforma, o veículo ajuda a aprofundar e a contextualizar as suas reportagens, de modo a contribuir para uma melhor compreensão do acontecimento abordado”, justamente o que verificamos na observação sistemática do Greenpeace. Em investigação semelhante acerca de produções transmidiáticas feitas por organizações ambientalistas, Miguel e Fraiha (2019), observam que interatividade, imersão e outros elementos interligados à transmidialidade podem colaborar para o aprofundamento da compreensão dos temas apresentados.

[...] as TICs proporcionam experiências sensoriais e interativas que podem contribuir com a sensibilização do público e conscientização devido à presentificação gerada no receptor em contato com essas realidades. (...) A união entre as inovações tecnológicas e a sensibilidade narrativa tem se mostrado como uma interessante hipótese para o jornalismo, especialmente para as pautas sobre meio ambiente, que precisam de produtos midiáticos que consigam abarcar a complexidade dos problemas ambientais (Miguel e Fraiha, 2019, p.305).

O papel que o JA assume diante da crise climática reforça a necessidade de experimentações, inovações e novas perspectivas que contribuam para uma cobertura



mais qualificada, acessível e envolvente, que permita com que o público compreenda as causas, os efeitos e as soluções (Modifica, 2022).

### **Considerações possíveis na tragédia**

O avanço e a gravidade da crise climática evidencia, por si só, a importância de buscar aprimorar a cobertura jornalística de modo a colaborar no debate de soluções e adaptações para lidar com o cenário, o que ficou escancarado com a catástrofe climática no Rio Grande do Sul. Nossa proposta inicial de problematizar a estrutura transmidiática na abordagem das mudanças climáticas, foi tomada pela tragédia e pelo compromisso cívico enquanto jornalistas e pesquisadoras em olhar para o presente. Com isso, exercitamos a pesquisa em tempo real, focada em uma observação sistemática para triangular resultados: os de outrem, os nossos próprios antecedentes de pesquisa e os que encontramos nesta recente investigação.

Como já apontado no arcabouço de pesquisas sobre o JA, há recorrência, nos veículos tradicionais de jornalismo, da falta de profundidade e contextualização, ausência de vozes plurais, utilização de tons alarmistas e sensacionalistas, insuficiência de abordagens propositivas e presença de termos técnicos e científicos que dificultam a compreensão do público sobre os temas ambientais; negligências também verificadas na cobertura da recente tragédia. Entendemos e já nos dedicamos a este problema de pesquisa, mas nossa perspectiva neste artigo era de refletir sobre propostas jornalísticas mais formativas, propositivas, conectadas com o conceito e a práxis do JA, que traz em seu cerne o intuito de combater o agravamento de problemáticas ambientais, assim como estimular o debate e a participação social.

Por isso, a narrativa do Greenpeace sobre justiça climática se mostrou pertinente para pensar nas possibilidades jornalísticas como experiências em construção. Ora legítimas e importantes, ora derrapando nas exigências de um modelo capitalista sórdido, contraditório, e na lógica das redes sociais. Por isso, colocamos aqui que não há ingenuidade nesta aposta de pesquisa, entendemos o contexto político e até despolitizado das ONGs, mas nosso foco está no produto manifestado e nas estratégias comunicativas. Sobre isso, sintetizamos na sequência.

A apropriação de diferentes mídias e linguagens para relatar a crise climática que tem como base o site institucional, atravessando as redes sociais e desembocando em manifestações presenciais e propostas de políticas públicas, caracterizam a



produção transmídia do Greenpeace Brasil. Em outras palavras, contempla a ideia de uma narrativa transmídia: várias histórias em diferentes mídias e canais com incentivo à participação direta (Martins, Longhi, 2021); inclusive na comunicação corpo a corpo. Além disso, a forma e o conteúdo denotam a prática do Jornalismo Ambiental. Os temas são complexos e já tratados a longo prazo, ainda que sem o referendo da mídia convencional, em uma mescla de jornalismo e ativismo que reporta, por exemplo, o tema das adaptações climáticas e da necessidade de incluir a questão nos currículos escolares, exigindo providências; e criticando diretamente as figuras públicas na ação nas redes sociais “O Clima mudou. A política precisa mudar”. Há também aposta em recursos tecnológicos como mapas, vídeos imersivos no epicentro da tragédia, ferramentas de interatividade, além de diferentes colaborações de atores sociais na tentativa de mobilizar e envolver os públicos, quase um milhão de seguidores. Contudo, sabemos se tratar de uma participação hierarquizada, que ainda mantém as propostas centralizadas na ONG; além de reiterar a perspectiva individual do “faça sua parte”. Verificamos também a pluralidade de vozes, muito mais como fontes de informação secundárias, o que evidencia a necessidade de mais horizontalidade no contexto do movimento socioambiental.

Acreditamos que uma cobertura jornalística que busca se pautar na inovação para mudanças de paradigmas pode ser capaz de renovar suas práticas e contribuir positivamente para a alteração do cenário vigente com apoio dos recursos transmidiáticos. Portanto, defendemos que essas narrativas conectadas revelam um esforço para qualificar a cobertura jornalística da crise climática, o que pode contribuir com o envolvimento de diferentes grupos à causa, com a compreensão mais adequada do problema, assim como incentivar a ação coletiva e política diante de tão complexo desafio. Mas essas experiências precisam ser espalhadas, para promover a conscientização ecológica, sustentada pela compreensão fundamental de interconexão entre sociedade e natureza, assim como da transversalidade do tema ambiental (Girardi, *et al.*, 2023). Nossas e outras pesquisas devem continuar.

---

## Referências

BALBÉ, Alice Dutra., LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo, medo e alterações climáticas: articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. **Observatório (OBS\*) Journal**, n.2, v.14, p. 38-55, 2020.



BARBOZA, Eduardo.; SILVA, Ana Carolina. Comunicação transmídia: novas narrativas para o jornalismo ambiental. **Ciências da Informação e comunicação em diálogo**, v.1, p. 22-32, 2022.

BIERNATH, André; COSTA, Camilla.; SOUZA, Caroline. Os gráficos e imagens que mostram dimensão da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72p96eqkvxo>. Acesso em 10 maio.2024.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. In: SANTOS, M.; BUENO, W. C. (Org.). **Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino**. Metodista: São Paulo, p. 279-301, 2015.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N.. (Org.). **Mediação & Mdiatização**, 1 ed. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012, p. 31-52.

CANAVILHAS, João. Journalism in the twenty-first century: To be or not to be transmedia?. In: **Journalism and Ethics: Breakthroughs in Research and Practice**. IGI Global, 2019. p. 842-855.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

COLLINS, Patrícia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FERREIRA, João Pedro.; CARDINALLI, Marcos.; ARANHA, Angelo Sottovia. A Internet como Facilitadora de Debate Fomentado pelo Jornalismo Ambiental. In: **XI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, 2016, Vitória/ES. XI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2016.

GAUDENZI, Sandra. **The Living documentary: From representing reality to co-creating reality in digital interactive documentary**. GOLDSMITHS Research Online, 2017.

GERN, Augusta.; LIMA, Myrian Del Vecchio. Aprender e ensinar o Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza M. T.; MORAES, Cláudia H.; LOOSE, Eloisa B.; BELMONTE, Roberto V. (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 25-38.



GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: O surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho.; MORAES, Cláudia.; LOOSE, Eloísa Beling.; BELMONTE, Roberto Villar (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia.; LOOSE, Eloísa Beling.; STEIGLEDER, Débora. Aproximações do Jornalismo Ambiental com o pensamento de Paulo Freire. **Âmbitos: Revista Internacional de Comunicación**, n.60, p. 134-148, 2023.

GREENPEACE BRASIL. **Justiça Climática**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/informe-se/justica-climatica/>. Acesso em: 11 maio.2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, Douglas.; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, 2008.

LEFF, Enrique. A responsabilidade de comunicar a crise ambiental. In: LOOSE, E.B. **Jornalimos e crise climática**. Florianópolis: Insular, 2024.

LOOSE, Eloísa Beling. **Jornalimos e crise climática**. Florianópolis: Insular, 2024.

LOOSE, Eloísa Beling. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MANOVICH, Lev. **El lenguaje de los nuevos medios de comunicación**. Buenos Aires, Paidós, 2005.

MANOVICH, Lev. **El Software toma el mando**. New York, Creative Commons, 2012.

MARTINS, Elaide. Ativismo e resistência em tempos de pandemia: as narrativas de coletivos jornalísticos sobre a Amazônia brasileira. In: SARDINHA, Antonio. (Org.) **Cultura, Comunicación y Decolonialidad: agendas y escenarios de investigación en América Latina y el Caribe**. Macapá: Editora Unifap, 2021.

MARTINS, Elaide.; LONGHI, Raquel. Narrativas digitais webjornalísticas: transmídia, intermídia e convergência. In: TRASËL, M.R et al (Orgs). **Pensar em rede: pesquisa aplicada em jornalismo e tecnologias digitais**. Macapá: Editora Unifap, 2021.

MARTINS, Elaide.; CASTRO, Mariana.; VINAGRE, Isabelle. Transmídia e redes sociais: aspectos da inovação no telejornalismo. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 571-600, 2018.



MICELLI, Bruna *et al.* Mudanças Climáticas e divulgação científica: uma análise das Revistas Ciência Hoje e Superinteressante. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, 2020.

MIGUEL, Katarini. Narrativas socioambientais: afeto e experimentações jornalísticas na estética transmídia. *Animus*. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 18, n. 37, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497734329>.

MIGUEL, Katarini. Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, 0(144), 141-162, 2020. DOI: <https://doi.org/10.16921/chasqui.voi144.4262>.

MIGUEL, Katarini.; FRAIHA, Mylena. Jornalismo e afetos na experiência transmídia do movimento ambiental. **Revista Observatório**. V. 5, n. 4, p.280-308, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p280>

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo, 2022.

MONTIPÓ, Criselli.; IJUIM, Jorge Kanehide. Estar no e com o mundo: contribuições de Freire para um jornalismo transformador. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 30 – 44, 2021.

SILVA, Clara.; PASUCH, Leticia.; OLIVEIRA, Felipe. **Cobertura indígena no jornalismo ambiental brasileiro e a narrativa transmídia do portal Sumaúma**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2023.

SOUZA, Amanda Franco. **Processos midiativistas de jornalismo ambiental: Análise de cobertura jornalística da Amazônia Real**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SOUZA, Amanda Franco ; MIGUEL, Katarini. Jornalismo Midiativista Ambiental: contribuições de uma análise de cobertura jornalística da Amazônia Real. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. e1601, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1601>.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.